

A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DENTRO E FORA DOS PORTÕES DA INSTITUIÇÃO

THE FORMATION OF MILITARY POLICE INSIDE AND OUTSIDE THE GATES OF THE INSTITUTION

CORREA, Mauro Luciano ¹
PANATIERI, Cristiane Bianco ²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de estudar alguns conceitos de Goffman e outros autores referentes ao Estigma, a mortificação do *Self* e as instituições totais, relacionando-os com os elementos da formação policial militar, estudando o ambiente em que é ministrado o Curso de Formação de Praças, o tratamento que recebem os novos policiais e o relacionamento interpessoal com os membros mais antigos da instituição. Através de estudos bibliográficos e observações feitas no respectivo curso, será possível apresentar algumas mudanças comportamentais e sociais inerentes à profissão evidenciando de que maneira a formação policial militar modifica o relacionamento com a sociedade geral no cotidiano.

Palavras chave: Formação Militar. Polícia Militar. Aluno Soldado.

ABSTRACT

This article aims to study some concepts of Goffman and others, relating to Stigma, **Self** Mortification and total institutions in relation to the elements of the military police training, studying the environment in which it is given the Training course of squares, the treatment they receive the new cops and the interpersonal relationship with the older members of the institution. Bibliographic studies and observations in its course, it will be possible to introduce some social and behavioral changes inherent to the profession by pointing out how the military police training modifies the relationship with the General society in everyday life.

Keywords: Military Training. Military Police. Student Soldier.

¹ Aluno Soldado do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, maurolc@pm.go.gov.br; Trindade – GO, Maio de 2018.

² Professora orientadora: Especialista, professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, panatieri@hotmail.com, Trindade – GO, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido através de estudos bibliográficos e observações de campo realizadas durante o período entre outubro de 2017 e maio de 2018 no Curso de Formação de Praças, ou simplesmente CFP, ocorrido na cidade de Trindade no Estado de Goiás.

Tem o objetivo de fazer a análise de alguns aspectos da formação dos alunos soldados para compreender de que maneira a formação policial militar se reflete na convivência social do cotidiano, seja nos momentos de folga ou em horários de trabalho, devidamente fardados em efetivo serviço de rua.

Para melhor compreensão destes aspectos foram utilizadas idéias de diversos autores na qual já desenvolveram pesquisas relacionadas ao assunto, com foco principal nos conceitos do sociólogo e escritor Erving Goffman, desenvolvedor dos conceitos de instituições totais, **Self**, identidade e estigma.

Durante o CFP foi possível identificar mudanças comportamentais nos alunos, através da convivência com os discentes, como através da observação de relatos de acontecimentos diversos do dia a dia em que alguns alunos descreveram terem sido reconhecidos como policiais militares mesmo não estando fardados, apenas pela apresentação pessoal, postura e compostura.

Dessa forma, questiona-se se a maneira como o policial porta-se na rua, durante a folga, ou mesmo em um atendimento policial, tem como consequência o modo como ocorre a sua formação. Por isso, formula-se a seguinte questão: de que maneira os aspectos da formação afetam o indivíduo?

O intuito desta análise é contribuir com o ramo sociológico da Polícia Militar do Estado de Goiás, visando ampliar o campo do saber no âmbito dessa ciência humana que tanto coaduna com essa nova fase vivida pela instituição, momento em que os esforços se voltam para o fomento de práticas que contribuam para uma relação mais próxima entre o cidadão e a polícia.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A fundamentação teórica deste artigo provém de estudos relacionados à formação policial e à concepção de identidade. Pois, por meio da formação,

conseguimos identificar os elementos responsáveis pela criação da identidade policial que justificam o seu modo de agir, pensar e interagir com a sociedade. E para conceituar identidade utilizamos a definição apresentada por Berlato (2009) em um estudo sobre a construção da identidade social na qual:

A identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato [...] A identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. (BERLATO, 2009, p. 142 *apud* CUCHE, 1999, p. 177)

Partindo do exposto, constata-se que a formação da identidade ocorre através da convivência contínua com os membros de determinado grupo, momento no qual novos paradigmas serão criados e adotados por seus membros.

Castro (1990) enfatiza que ao ingressar na instituição militar, o indivíduo adquire a cultura do local, não somente pelas aulas e instruções ministradas, mas também, pela convivência com outros militares dentro da instituição. Entende-se então que inseridos no meio militar, os novos policiais, submetidos ao CFP, passam pelo processo de formação de identidade de maneira contínua e sistemática.

Os Cursos de formação de Praças são ministrados nas diversas unidades da instituição, distribuídas pelo estado de Goiás, com a preparação e a qualificação adequadas para este fim. Nessas unidades de ensino, os alunos são submetidos diariamente às atividades em período integral, tendo restringido parcialmente o contato com a sociedade. Além de, quando se encontrarem em momentos de folga, deverem seguir uma série de orientações que visam manter a integridade dos valores adotados pela corporação.

Essa característica de socialização restringida, aplicada a um determinado grupo, exigindo que sejam praticados por seus membros os valores e princípios tanto dentro como fora dos perímetros da localidade onde esse grupo se encontra, é típica das instituições totais apresentadas por Goffman (1963). Ratificando essa conceituação e contextualizando-o dentro do aspecto da formação militar, Silva (2002) realiza uma pesquisa de campo na Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás definindo-a como uma instituição total ao utilizar a seguinte definição:

As instituições totais são marcadas essencialmente pelo fato de seus internos permanecerem longos períodos de tempo dentro de seus limites. Tais internos dormem, trabalham e recreiam num mesmo local. Durante o período de adaptação, ou seja, os primeiros dias do interno numa instituição total, o contato com o mundo externo é mínimo, em alguns casos simplesmente não existe. (SILVA, 2002, p.15).

O autor relata que o aluno policial militar é submetido à hierarquia e à disciplina, adquirindo novos valores, formando assim uma nova identidade social, cuja forma é fruto da tradição moral, ética e de costumes da corporação. Legado esse mantido por seus membros veteranos e passado de geração em geração de forma rigorosa nos diversos cursos de formação.

Ainda dentro do conceito de instituições totais desenvolvido por Goffman (1963), é interessante mostrar que o autor encaixa nessa definição, além das instituições militares, diversos outros tipos de confinamentos coletivos, como os colégios internos, instituições religiosas, prisões, entre outros. Tais instituições são:

[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla e por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 1963, p.11).

Para esse sociólogo as instituições totais provocam a mortificação do **Self**. Termo que se refere às características que o indivíduo traz consigo, resultado de sua construção de valores durante as várias fases da vida, através da convivência com a família, amigos, trabalhos, etc. Mas que durante a fase de adaptação em uma instituição total, sofrerão uma ruptura, mortificação, pois o objetivo dentro das diretrizes da formação militar é extrair os costumes trazidos da vida civil e adequá-los à conduta militar, disciplinada, padronizada e rigorosa.

Houve um tempo em que os princípios e ensinamentos do militarismo, praticados dentro da corporação da Polícia Militar, eram impostos de forma categoricamente rígida e severa, o que criava reflexos negativos no convívio social do policial militar, pois ao aderir à violência dos quartéis em seu cotidiano a mesma era aplicada nas ruas. Atualmente essa cultura tem mudado significativamente, pois com a implantação da filosofia de policiamento comunitário, a formação ocorre visando uma proximidade maior do cidadão com a polícia. Hoje os cursos de formação inicial são voltados para este fim.

Dessa forma, percebe-se que elementos como uma grade curricular voltada para uma melhor integração entre a polícia e a sociedade e a maneira como os alunos são tratados dentro da academia moldam novos valores não só aos que adentram os portões da instituição pela primeira vez, como também aos policiais dos tempos mais rígidos.

Para melhor ilustrar os tempos de polícia segregada, à parte da sociedade, segue o trecho uma publicação no site Jusbrasil:

Também de acordo com a SEJUSP (2009): Nos anos 50 e 60, pensava-se que o contato da polícia com a população deveria ser evitado por ser considerada uma fonte perigosa de corrupção. Aos policiais que patrulham as ruas, os Cosme e Damião, se recomendava distância dos moradores, dos comerciantes e dos pedestres. Esses policiais deveriam inibir o crime por sua mera presença e manter-se alerta para responder a alguma ocorrência. (CHAGAS, 2009)

De acordo com o que afirma Monjardet (1996) há uma visão dúbia por parte dos policiais militares, onde há “aqueles que seguem ao lado de uma concepção severa do papel da polícia”, estes por vez defendem que a polícia deve inspirar medo e há “aqueles que exprimem a vontade de se comunicar mais com o exterior [...]”, eles são adeptos da interação entre a instituição policial e os membros da sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A polícia Militar do Estado de Goiás é uma instituição centenária, regida pelos pilares da hierarquia e da disciplina que conduzem o militarismo. Trata-se de uma unidade do Estado legitimada para o uso da força com a finalidade de preservar a ordem e a paz social.

É possível notar que houve transformações internas na instituição com vistas à adequação de valores e princípios da atualidade. Passamos de uma polícia conhecida pela violência e truculência promovida pelos policiais em suas ações diárias, para uma fase de transição humanitária, em que, o policial atua em conjunto com a sociedade, objetivando não somente a repressão do crime, mas também sua prevenção.

O ponto inicial dessa transformação é o curso de formação, vale acrescentar também os cursos de aperfeiçoamento, em que ocorrem o nivelamento e reciclagem de aprendizados, no entanto, o foco deste trabalho concentra-se nos cursos de formação de Praças.

Retomando Goffman (1961), que conceitua instituição total como o local em que indivíduos em situação semelhante convivem confinados parcialmente ou integralmente, possuindo contato mínimo com a sociedade fora daquela cultura, fica

evidente a correlação de seu conceito com o processo de formação de policiais militares. Sobretudo quanto aos locais onde são ministrados esses cursos, pois são nesses lugares que os alunos passam a maior parte do tempo, seja em momentos de convivência com policiais antigos, adotando os costumes do grupo, ou em sala de aula. É importante frisar a regra é que o confinamento não seja integral, mas que mesmo os alunos sendo liberados para irem para suas casas em curtos espaços de tempo, embora estejam fora dos portões da instituição, são obrigados a manter a disciplina militar.

Goffman (1961) relaciona a doutrina das instituições totais com a mortificação do **Self**, este por vez refere-se à identidade social do indivíduo, os princípios e costumes que cada um traz consigo moldados a partir de experiências e convivências familiares, relações de amizade e conceitos adquiridos em decorrência do desenvolvimento intelectual.

Silva (2002) a respeito da mortificação do *Self* diz que:

O processo de socialização policial militar é suficientemente eficaz para destruir e aniquilar formas passadas de pensar e agir, bem como construir e revelar aos seus novos integrantes uma percepção e visão de mundo totalmente diferentes das que eles estavam habituados. (SILVA, 2002, p.16)

Podemos observar o fenômeno do processo de mortificação desde o início do curso, pois é exigido que haja uma padronização da tropa. Por isso, os alunos são obrigados a manter o corte de cabelo e a barba feita, retirando do novo policial as características que o mesmo trouxe do meio civil. Além disso, embora não exista entrega de fardamento no início do curso, todos devem apresentar-se de forma padronizada: calça jeans, camiseta e tênis preto. E também, não é permitido nada que individualize o aluno, como adornos e adereços, todos são iguais no pelotão.

Nota-se que esse tipo de padrões orientados no curso de formação promove transformações comportamentais e psicológicas percebidas devido ao que Goffman (1963) denomina Estigma. Os estigmas são sinais que definem um estereótipo, as características físicas ou comportamentais nas quais um indivíduo é relacionado como pertencente a um determinado grupo. Barba feita, cabelo curto, postura, compostura e fardamento são exemplos de estigmas da profissão militar.

Os estigmas inerentes ao militarismo marcam o indivíduo de tal forma que como descreve Silva (2011) em um estudo realizado na Polícia Militar do Distrito Federal:

Mesmo que o indivíduo abandone ou seja expulso da instituição ele vai permanecer com o estigma de policial militar. Sua denominação será ex-policial militar. A instituição continua impregnada a sua identidade. Mesmo nos presídios policiais militares, como é o caso do Batalhão Prisional em Brasília, que mantém reclusos Policiais, Ex-Policiais, Bombeiros e ex-bombeiros militares o vínculo com a instituição permanece, alguns casos, como os policiais militares presos a disposição da justiça (quando o processo está em andamento), mantém a hierarquia militar com a precedência de chamar pelo posto ou graduação e pelo grupo formado por ciclo de praças e oficiais. (SILVA, 2011, p. 82)

Para melhor análise dos elementos da formação que desencadeiam as mudanças citadas acima, dividiremos o curso em quatro etapas, em que a primeira etapa tratará da inserção dos conceitos de hierarquia e disciplina, a segunda a respeito da convivência dos alunos com os policiais antigos, a terceira sobre as disciplinas da grade curricular do CFP, e a quarta sobre a interação social dos novos policiais em seus momentos de folga.

Ao adentrar os portões da unidade de ensino os alunos se deparam com uma realidade muito diferente da qual estão acostumados, pois existe uma padronização para tudo o que se faz. A disciplina é regra basilar. Um rito para se apresentar a um superior e dizer o que precisa, bem como se retirar da presença dele. Há também os padrões para se comportar na entrada e saída de superiores dentro de um determinado ambiente, como é o caso da sala de aula, local de maior permanência dos novos policiais.

A hierarquia é tão preservada na instituição que é praticada mesmo por militares do mesmo posto ou graduação e a todo o momento os alunos são condicionados a entenderem suas posições hierárquicas, em que os policiais mais antigos não aceitam ponderações e questionamentos às determinações impostas e repetem constantemente a frase: “Aluno, entre nós há um oceano!”.

A disciplina garante que os preceitos militares sejam mantidos por meio de regras, leis e normas de condutas internas. Infringir qualquer desses pilares acarreta punições não só para o aluno, mas para todos os policiais militares. E as sanções variam entre as simples até as mais severas, sendo proporcionais à transgressão cometida.

O relacionamento com os policiais antigos, que daqui em diante, para fins didáticos, serão referidos como “antigões”, ocorre de forma gradativa, pois, primeiro os alunos devem aprender a socializarem-se naquele novo ambiente. Nos

momentos iniciais do curso, os alunos têm um contato maior com o Tenente, comandante do pelotão e o Sargento Auxiliar.

O Tenente é mais próximo dos alunos e tem uma interação consideravelmente amigável. Sua função, além de coordenar os assuntos acadêmicos, é também a de passar os ensinamentos referentes às doutrinas da instituição. É ele quem ensina os movimentos iniciais de ordem unida (marcha, continência, etc.), procurando identificar as dificuldades de cada aluno e trabalhá-las durante o curso.

Já o Sargento Auxiliar, para o pelotão, tem a representação de um carrasco, pois é ele quem executa as punições por falta de algum item estabelecido na padronização da tropa. A interação desenvolvida é mínima, poucos momentos de conversa. A maior parte do contato é rígida e inflexível para que os alunos se ajustem às exigências do quartel. Sua função é fiscalizar tudo o que foi determinado pelo Tenente. Por melhor que esteja a apresentação pessoal dos alunos sempre é identificado alguma situação que leva a tropa a alguma punição. Com o tempo percebe-se que as cobranças do Sargento têm a finalidade de estimular os policiais em formação a darem sempre o melhor de si e promover a vivacidade do pelotão.

Os outros policiais do batalhão não têm nenhum tipo de relacionamento inicial com os alunos, exceto nos casos em que vão passar alguma orientação, ou exigir dos mesmos que corrijam algo enquadrado como errado. Assim que os novatos estão “enquadrados” no militarismo alguns “antigões” promovem uma leve aproximação, com perguntas básicas sobre o andamento do curso e previsão de fardamento.

Os alunos nunca devem se dirigir aos mais antigos usando o pronome “você”, devem utilizar “senhor”, no entanto os mais antigos se dirigem aos alunos utilizando o pronome “você”, ou pelo próprio nome de guerra. Essas barreiras impostas no contato inicial e a forma de tratamento remetem à hierarquia com o intuito de que o recruta entenda sua posição dentro da instituição.

Em sala de aula, também existe uma doutrina, sempre que entrar um superior o chefe de turma (elegido temporariamente pela companhia de ensino) emitirá um comando para que a turma tome posição de sentido, em seguida apresentará a tropa, informando as alterações eventuais como baixas ou ausências.

Após a apresentação o superior dará o comando para que fiquem à vontade, dando início às instruções do dia. Apesar das formalidades, o relacionamento é mais

tranquilo, mantendo-se o respeito e a disciplina, os alunos tem certa liberdade para conversar com o instrutor, este por vez, além das instruções pertinentes à matéria, costuma dar dicas aos alunos de postura e compostura fora do batalhão, para ênfase a esse aspecto, na maioria das vezes ele encerra a instrução das aulas recitando um provérbio conhecido no meio acadêmico militar: “evitem as más companhias e os maus lugares”.

A respeito desse provérbio, é importante ressaltar mais uma característica própria das instituições totais, a qual orienta que, mesmo fora dos limites físicos do batalhão, os novos policiais não frequentem certos lugares e também não andem com determinadas companhias, fazendo com que os valores e costumes da corporação se façam presentes também fora dela, conseqüentemente moldando o comportamento dos alunos mesmo quando esses não estão fardados.

No contato com os demais policiais, os “antigões”, especificamente, é possível perceber que vieram de uma época de costumes mais rígidos e severos da polícia. Realidade em que pairava a violência e a boçalidade no condicionamento dos alunos, o que se refletia de maneira negativa no relacionamento com a sociedade durante o serviço operacional. Reforçando o que já foi dito, com base nos autores que são a referência desse trabalho, o local de ensino da Polícia Militar segue os parâmetros de uma instituição total, logo, os alunos que alí ficaram confinados convivendo submetidos a tratamentos ríspidos e severos, moldaram-se com base em práticas em que estas atitudes eram normais, tratando da mesma forma a sociedade.

Como resquício da forma de pensar presente nos policiais dessa época, segue o trecho de Monjardet (1996) que afirmou haver uma visão dúbia por parte dos policiais, em que alguns afirmam ser necessário o medo que a sociedade tem da polícia e outros afirmam que é preciso uma aproximação com a sociedade.

Seguindo desse ponto, sobre a grade curricular, além de matérias relacionadas à atividade operacional, também estão presentes as de cunho social, tais como: Violência e Criminalidade, Relacionamento Interpessoal, Direitos Humanos e Policiamento Comunitário.

A função de cada uma dessas matérias é apresentar aos alunos informações de valor sociológico, referentes ao bom relacionamento interpessoal do policial com a sociedade e os benefícios que ele produz. O objetivo não é outro, senão proporcionar aos novos policiais o entendimento que é mais fácil prevenir um crime

com a sociedade trabalhando conjuntamente com a instituição, ao invés de impor o medo e a violência, afastando até mesmo o cidadão de bem, como diz Chagas (2009) “[...] inibir o crime por sua própria presença[...]”.

Com vistas ao estreitamento desses laços, entre a polícia e a sociedade, atualmente é estimulada, no Estado de Goiás, uma convivência mais próxima do policial com o cidadão. E tal feito se deu em decorrência da implantação da filosofia de polícia comunitária, que de acordo com Chagas (2010) “é uma nova forma de conceber e pensar a ação da polícia”. Essa filosofia somada ao conhecimento adquirido no curso de formação de praças, hoje com a Pós graduação integrada ao CFP, apresenta uma polícia mais solidária e humanitária.

Ressalta-se que essa filosofia reflete-se na vida do policial em seus momentos de folga. Porque ser policial significa correr riscos a todo instante. A necessidade de permanecer em estado de alerta é constante, pois a qualquer momento o policial pode sofrer represálias por parte de algum criminoso, seja em uma ação durante a jornada de trabalho, ou à paisana, situação que a simples identificação de sua profissão pode colocar a sua vida em risco.

Esse rol de potencialidades perigosas torna o indivíduo que se voluntaria para a profissão de policial recluso e isolado dos demais membros da sociedade. Ele não tem mais a liberdade que possuía antes de ingressar na instituição, pois deve abster-se de frequentar determinados lugares e cultivar certas amizades. Relembrando o que os militares dizem durante o CFP: “evitem os maus lugares e as más companhias.” Muitas vezes essa privação ocorre no seio familiar.

A convivência social com os vizinhos e amigos também deve passar por criteriosas avaliações. Muitos se aproximam do policial visando algum benefício, nem que seja pela simples sensação de segurança que a presença de um policial pode proporcionar. A aproximação da sociedade gerada pela filosofia de polícia comunitária faz com que mesmo de folga o policial seja acionado pelas pessoas que o cercam para resolver alguma ocorrência, cabendo a este ter a inteligência para administrar a situação.

Vale lembrar que o estigma policial militar torna o indivíduo diferente dos demais membros da sociedade por sua postura e compostura, como afirma o ex-secretário de segurança pública, Ricardo Balestreri (sem data), o agente de segurança pública é um cidadão qualificado, a autoridade mais fácil de ser encontrada pelo seu contato direto com a sociedade.

Durante o CFP do 22º Batalhão foi relatado por diversos alunos situações em que foram reconhecidos em seus momentos de folga como militares devido a atitudes e comportamentos.

Como exemplo consta o caso de um aluno que ao entrar em uma loja de calçados em busca de um tênis deparou-se com um vendedor perguntando se ele queria um tênis no padrão militar (todo preto). Em outra situação o mesmo aluno foi reconhecido em uma barbearia, onde o barbeiro pediu que informasse aos demais alunos que teriam desconto caso fossem aparar o cabelo ou fazer a barba ali. Em ambos os casos os alunos não portavam nenhum objeto ou fardamento que os identificassem como militares, mas foram identificados devido ao estigma marcado na postura e compostura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças percebidas nos atendimentos atuais por parte dos policiais são devido à proximidade destes com os membros da sociedade, fenômeno esse proporcionado pela nova filosofia de relacionamento entre a polícia e o cidadão, ministrada durante os cursos de formação. Transformando o trabalho que antes era totalitário e restrito ao policial, em uma tarefa a ser desempenhada em conjunto com a sociedade, com vistas a não só reprimir o crime, mas também a prevenir que o mesmo venha a acontecer.

Ademais, concluí-se que o estigma decorrente da profissão policial militar é visível e permanente naqueles que se sujeitam a aderir aos costumes e princípios desta cultura, pois provocam mudanças comportamentais e psicológicas significativas na identidade social. Os indivíduos ingressos na Polícia Militar carregam em suas vidas pessoais as características adquiridas dentro da instituição. Significa dizer que aqueles que adentram os portões da instituição para início do curso de formação, dali em diante, passarão por transformações consideráveis, que serão refletidas, em sua convivência com a família, assim como os amigos.

O processo de transformação do **Self** é gradativo e se inicia desde o primeiro contato com a instituição na condição de aluno. Além das exigências e formalidades internas, o aluno deve se adequar também a um novo estilo de vida, coordenando dessa forma sua convivência na sociedade, que deixa de ser a mesma a partir do

momento em que ele se encontra na condição de policial. Necessitando a partir de então portar-se fora dos limites físicos da instituição de forma ilibada e irrepreensível.

Conclui-se portanto que a interação social do policial está diretamente ligada à sua formação. Pois é a partir dela que são inseridos os valores e princípios da profissão, bem como é moldada a nova identidade social inerente à profissão através da convivência com os policiais antigos. A forma como os alunos são tratados dentro dos portões da instituição será a forma como estes entenderão a Polícia e seu serviço operacional.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: Um antropólogo na caserna. 2ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora LTDA, 2004.

DHNET. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/balestreteri/php/dh4.html>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Nova Jersey: Editora LTC, 1963.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo. Editora Perspectiva, 1961.

JUSBRASIL. **A polícia comunitária no brasil**. Disponível em: <<https://portal.jusbrasil.com.br/noticias/1575933/a-policia-comunitaria-no-brasil>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia?** 1 ed. São Paulo. Editora EDUSP, 2012.

SILVA, Agnaldo José da. **Praça Velho**: Um estudo sobre a socialização policial militar. 123 p. Tese - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, 2002.

SILVA, Gilvan Gomes da. **A identidade e o sofrimento policial militar**: entre o público e o privado. 99 p. Monografia – Instituto de ciências sociais, departamento de antropologia, Universidade de Brasília, 2011.